



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE

DOS APRENDIZES E ARTÍFICES AO PRONATEC: ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Autora (Regina Celly Clemente Silva)

*UFPE -Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste
reginacaruaru@hotmail.com*

Co-autora: Andreia Cristina Tenório Cavalcanti;

*Faculdade Joaquim Nabuco
andreiatenorio1983@hotmail.com*

Co-autora: Iara Emanuelle Melo Gomes

*UFPE -Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste
iaraemanuelle76@gmail.com*

Co-autora: Nádyá Priscila de Lima Carvalho

*UFPE -Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste
Nadiapri1@hotmail.com*

Resumo: O presente estudo teve como foco principal resgatar por meio de uma revisão bibliográfica, fatos históricos de surgimento, organização e readequação da educação profissional. Neste estudo há uma discussão sobre o surgimento desta modalidade de educação, também como, do surgimento da educação como um setor regularizado. Os resultados nos mostram, que a partir das análises das bibliografias correspondentes ao tema, percebemos que antes mesmo da criação de órgãos que regularizam a educação, já havia indícios de educação profissional voltada, sistematicamente para o trabalho e uma separação entre a educação para ricos e pobres, fazendo com que aos pobres fosse destinada a modalidade profissionalizante.

Palavras-chave: Educação, Educação Profissional, Ensino, Trabalho.

INTRODUÇÃO

No contexto atual é crescente a demanda de profissionais habilitados e capacitados, dessa forma, atrelada às necessidades do mercado, a educação está sendo cada vez mais direcionada para um aprimoramento, treinamento e exortação das habilidades necessárias ao mercado.

Partindo desta perspectiva, neste enfoque, a educação profissionalizante é uma modalidade bastante discutida por conta das demandas do mundo do trabalho e por consequência do desenvolvimento do país.

Neste cenário, nos últimos anos a Educação Profissional tem recebido constantes investimentos do governo federal, com criação de programas, ofertas de bolsas financeiras para a formação, com o intuito de sanar a histórica defasagem deste campo, não apenas preparando para o mundo trabalho, mas com eixos temáticos que



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE

E D U C A Ç Ã O

contribuem para a formação cidadã, superando também, assim, uma ação puramente servil, por uma ação proativa, ou seja, um exercício com excelência e reflexividade.

O presente estudo busca trazer um rápido panorama da educação profissional em nosso país, desde seu surgimento até algumas de suas atualizações. Desta forma o trabalho está dividido sob os tópicos Educação Profissional: Um breve relato histórico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No intuito de promover este estudo, fizemos um levantamento bibliográfico, sendo em livros, artigos, leis e decretos que nos remeteram a temática de políticas públicas, educação profissional e sobre o programa mulheres mil.

Em linhas gerais a pesquisa bibliográfica é um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes. (LUNA, 1999).

A revisão bibliográfica contribuiu para a orientação dos estudos iniciais, para produzir o projeto, e organizar os referenciais teóricos do estudo.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: Um breve relato histórico.

A Educação Profissional existe no Brasil desde o período colonial, embora não como um setor regularizado, já era possível perceber indícios, principalmente históricos, desta modalidade. Alguns dos fatos históricos, podem ser averiguados, como ressalta Saviani (2007), “mediante a divisão de classes devido a apropriação de terras”.

Crianças e jovens pobres, eram o alvo principal deste tipo de educação, existindo, na época uma dualidade no ensino, que estava baseada na aprendizagem do processo laborial, para os mais pobres e uma educação voltada para as elites, consistindo em atividades intelectuais e aplicabilidades científicas. Desta forma o surgimento e a construção da educação profissional e tecnológica no país, está pautada em uma discussão entre ensino intelectual e instrumental. Para os trabalhadores era destinada uma formação voltada para o treinamento, adestramento. No bojo do



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE

E D U C A Ç Ã O

surgimento da educação como setor, já houve uma separação: formação profissional e educação (Fonseca,1961). A educação é acima de tudo uma prática social que deve contribuir com e para a sociedade, instrumentalizando indivíduos social e tecnicamente.

Na primeira década do século XX, o presidente em exercício Nilo Peçanha, por meio do Decreto de número 787, de 11 de novembro de 1906 iniciou no Brasil o ensino técnico. Posteriormente no ano de 1909, no dia 23 de setembro, por meio do Decreto de número 7.566, cria em 19 unidades da federação, as Escolas de Aprendizes e Artífices ou Aprendizes Artífices, que estavam ligadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Segundo Kuenzer (2002,p.27) “ a formação profissional como responsabilidade do Estado inicia-se em 1909, com a criação de 19 escolas de ofícios nas unidades federativas”. Essas escolas eram destinadas ao ensino profissional. “se caracterizavam por uma proposta curricular eminentemente prática, em que a preocupação com as teorias eram raras” (KUENZER, 1991, p.7).

Desta forma, a educação profissionalizante institucionaliza-se antes mesmo da Educação se tornar um setor regularizado no país, com políticas e leis específicas.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: Surgimento e Separação

No bojo do surgimento da educação como setor, já houve uma separação: formação profissional e educação (Fonseca,1961). Para os trabalhadores era destinada uma formação voltada para o treinamento, adiestramento. A educação é acima de tudo uma prática social que deve contribuir com e para a sociedade, instrumentalizando indivíduos social e tecnicamente.

No ano de 1927, foi aprovado um projeto que previa o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país, Azevedo (2001) aborda que na regularização da Educação como um setor, com a criação do Ministério da Educação e Saúde, a dualidade no ensino é latente, uma dicotomização da educação.

Um dos sistemas destinava-se a atender às demandas educacionais das elites. Para tanto, procurou-se fortalecer internamente as estruturas educativas coloniais, agregando-se novas instituições de ensino superior àquelas criadas durante a permanência da família real no país. [...]O outro sistema deveria encarregar-se da educação do povo. No contexto social em que foi criado, destinava-se, portanto, à população livre e pobre. De responsabilidade das províncias e, mais tarde, dos estados, esse sistema, origem da



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

futura rede de ensino pública e gratuita, compreendia o que se concebia na época como ensino primário e o ensino secundário eminentemente vocacional. Aos homens reservava-se o aprendizado de ofícios manuais e às mulheres, o treinamento nas prendas do lar, ensino que seria paulatinamente transformado em preparação para o exercício do magistério primário.

No ano de 1930, durante inúmeras transformações sociais e econômicas no país foi criado o Ministério da Educação e Saúde, responsável por dentre outras coisas normatizar o ensino primário, secundário, superior e técnico profissional. Criou-se também uma Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, que depois passou a se chamar Superintendência do Ensino Profissional, passando a supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices.

A primeira Constituição a tratar sobre ensino técnico, profissional e industrial, foi a de 1937, nesta mesma época as escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Liceus Profissionais, por meio da Lei 377. Em 1942 em razão do Decreto 4.127 de 25 de fevereiro, passam a se chamar Escolas Industriais e Técnicas.

O distanciamento entre educação geral e educação profissional, somente começa a mudar, um pouco, a partir da década de 1950, com a Lei nº 1076/50 que estabelecia alguma equivalência entre o curso propedêutico e o profissional.

Num contexto de advento do capitalismo e um processo de industrialização no país Azevedo (2001) enfatiza: “a escolarização básica é tomada como meio de qualificação da força de trabalho”.

No governo de Juscelino Kubitschek, com seu famoso slogan: 50 anos em 5, pela primeira vez houve um investimento na educação, com principal intenção de formar profissionais aptos para contribuir com o desenvolvimento da nação. Ainda na década de 1950, as Escolas Industriais e Técnicas passam a se chamar Escolas Técnicas Federais.

Na década de 1970, após algumas mudanças na LDB- Lei de Diretrizes e Bases, quando foi sancionada a Lei 9.394 em 20 de novembro, as Escolas Técnicas tiveram que aumentar suas vagas para uma formação em massa de técnicos, em que todo o currículo do 2º grau, passou a ser técnico-profissional. Posteriormente a isso, algumas Escolas Técnicas passam a se chamar Centros Federais de Educação, no fim da década de 1970, que foram as escolas os Estados do Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais, até meados da década de 1990 esse processo se estendeu para as outras escolas. No tocante a educação profissional até meados dos anos de 1970,



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE

E D U C A Ç Ã O

ela estava pautada numa perspectiva fordista, ou seja, estava seguindo a lógica do capital, segundo Ciavatta, (2007, p.133) “Prevaleceu a formação dos trabalhadores para o mercado de trabalho, segundo as necessidades imediatas da indústria”.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: Desenvolvimento da modalidade nos últimos anos.

Nos quase cem anos da Educação Profissionalizante, de forma regulamentada, foram criados 140 centros de educação, isso até o ano de 2002. No primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, houve uma expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a implantação de mais 60 unidades. Cerca de 2 anos depois, houve uma segunda fase do processo de expansão da Educação Profissional e Tecnológica, com o objetivo de criar mais 150 novos centros, tais unidades deveriam oferecer cursos de qualificação, cursos técnicos, superior e de pós-graduação, a depender do contexto e demanda situacional de cada região a ser implantada. No ano de 2006, é criado o PROEJA, Programa de Educação de Jovens e Adultos, integrando as duas áreas.

No ano de 2008, o presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 11.892, criando os Institutos Federais de Educação. Uma das principais finalidades dos IF's, de acordo com o Art. 6º parágrafo I: “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”. E dentre os objetivos podemos citar o contido no Art. 7º parágrafo II: “ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica”.

Os Institutos Federais de Educação são instituições de educação básica e profissional especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, entretanto as modalidades a serem ofertadas dependerão da demanda de cada localidade.

Para o Ministério da Educação, esta modalidade não se resume em preparar para o mercado de trabalho, mas sim “proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e seus revezes, e também



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE

E D U C A Ç Ã O

habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas” (BRASIL, MEC, 2007,p.45).

No Estado de Pernambuco, por exemplo, os IF’S foram criados mediante a integração dos Centros Federais de várias cidades e as Escolas Agrotécnicas das cidades de Vitória de Santo Antão, Barreiros e Belo Jardim. Atualmente os Institutos Federais estão alocados nas cidades de Recife, Vitória de Santo Antão, Pesqueira, Cabo de Santo Agostinho, Afogados da Ingazeira, Barreiros, Belo Jardim, Caruaru, Garanhuns, Ipojuca, Paulista, Olinda, Palmares, Igarassu e Jaboatão dos Guararapes.

No agreste de Pernambuco, especificamente na cidade de Caruaru existem três cursos de nível técnico subsequente, ou seja, para os que terminaram o ensino médio, que são: Mecatrônica, Edificações e Segurança do Trabalho e o Curso superior de Engenharia Mecânica. Para além desse cursos, existem alguns programas que são ligados a Extensão e são coordenadas e executadas pela Diretoria de Pesquisa e Extensão (DIPEX) dos quais se destacam: **Programa Mulheres Mil, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, Programa de Formação de Recursos Humanos – Petrobras e o Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX.**

Em meados do ano de 2011, no governo da Presidente, atualmente afastada, Dilma Vana Rousseff, foi sancionada a Lei 12.513, que criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico Emprego PRONATEC, a ser executado pela União. A principal finalidade desse programa era aumentar o número de vagas em educação profissional e tecnológica por meio de *programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.*

Os objetivos do Pronatec são:

Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica; estimular a articulação entre a



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE

E D U C A Ç Ã O

política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (BRASIL, Lei 12.513)

Outras iniciativas compõem o Pronatec, são elas: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Programa Brasil Profissionalizado; Rede e-Tec; Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem e a Bolsa- Formação.

Com relação a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, corresponde a basicamente a construção de mais de 400 unidades dos Institutos Federais, unidos aos campi que já existiam, somando mais de 500 estabelecimentos de ensino. Com relação ao Programa Brasil Profissionalizado tem por objetivo aumentar a oferta e fortalecer a modalidade de educação profissional integrada ao ensino médio, através desse programa, o governo federal repassa recursos financeiros para as redes de educação profissional dos estados

O Governo Federal realizou convênios junto aos estados e ao Distrito Federal que totalizam cerca de dois bilhões de reais para a construção, reforma e ampliação de escolas estaduais, instalação de laboratórios de apoio aos cursos técnicos e capacitação de docentes e gestores escolares. Até o final de 2015, foram construídas, reformadas e ampliadas 342 escolas públicas estaduais aptas a ofertar cursos técnicos integrados ao ensino médio. (BRASIL/MEC/SETEC, 2011).

Sobre a Rede e-Tec, tem por objetivo oferecer cursos na modalidade a distância, gratuitos, de qualificação e técnicos. O acordo de gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem¹ amplia os recursos para os cursos técnicos e de qualificação e as vagas oferecidas são prioritariamente preenchidas por estudantes e trabalhadores.

Neste cenário, nos últimos anos a Educação Profissional tem recebido constantes investimentos do governo federal, com criação de programas, ofertas de bolsas financeiras para a formação, com o intuito de sanar a histórica defasagem deste campo, não apenas preparando para o mundo trabalho, mas com eixos temáticos que

¹ SENAI, SENAC, SENAR e SENAT



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE

E D U C A Ç Ã O

contribuem para a formação cidadã, superando também, assim, uma ação puramente servil, por uma ação proativa, ou seja, um exercício com excelência e reflexividade.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O presente estudo buscou trazer um breve panorama sobre a educação profissional, abordando fatos histórico, algumas leis e decretos que salvaguardam a modalidade de educação profissional. Nas análises foi possível perceber que, muito antes da regularização da educação, com o Ministério da Educação, a modalidade de educação profissional já existia, embora não de forma regular, mas com um cunho separatista, diferenciando ricos e pobres, homens e mulheres.

Percebemos também que com o passar dos anos a educação profissional, foi se moldando de acordo com as demandas sociais e do capital, sob a égide do desenvolvimento das políticas e das estruturas ofertantes desta modalidade, como por exemplo, os institutos federais.

Percebendo o seu histórico a educação profissional vem se consolidando, contudo, ainda é uma área que demanda muitos estudos, principalmente com relação a formação de professores e ao currículo desta modalidade, além disso, a educação profissional em precisa ser estudada e refletida, para que sai do mundo das críticas, no tocante aos seus objetivos, que crie subsídios para seu desenvolvimento, visto que ainda é vista sob um olhar mais crítico.

Diante disso, a educação profissional possui fatos históricos importantes para os estudos de sua modalidade, também como da educação como um todo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. M. L. O Estado, a política e a regulação do setor educacional no Brasil: uma abordagem histórica in: **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**/Naura Syria Carapeto Ferreira, Márcia Angela da S. Aguiar (orgs.). São Paulo: Cortez, 2001. -2. ed. p. 17-42.

AZEVEDO, J. M. L. de; AGUIAR, M. A. Políticas de educação: concepções e programas. In: WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. (Coords.). **O Estado da arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997**. Brasília: Inep. p. 43- 51 2001a.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE

E D U C A Ç Ã O

AZEVEDO, J. M. L. *A educação como política pública. Polêmicas do nosso tempo.* 3ª. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica SETEC. Relatório de gestão do exercício de 2013. Brasília, 2014

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica SETEC. Relatório de gestão do exercício de 2014. Brasília, 2015

BRASIL / MEC / SETEC. *Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio* – Documento Base. Brasília/ DF, 2007.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil **DECRETO Nº 7.566, DE 23 DE SETEMBRO DE 1909** disponível em:
portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909. Acesso em: 10 nov 2015.

BRASIL. Portaria Nº 817, de 13 de agosto de 2015. Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec,

BRASIL, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015, 03 jan 2016.

BRASIL. MEC. Concepções e Diretrizes. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: junho de 2008.

CIAVATTA, Maria. Formação integrada: entre a cultura da escola e a cultura do trabalho. In: CIAVATTA, Maria (org.) Memória e temporalidade do trabalho e da educação. Rio de Janeiro: Lamparina; Faperj, 2007.

KUENZER, Acácia Z. Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado Neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.

KUENZER, Acácia Z. A Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1985.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. Planejamento de pesquisa: uma introdução. 2ª. edição. São Paulo: EDUC, 1999.